



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR

ATA	
DÉCIMA SEXTA SESSÃO PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA ATA	
Nome: Ana Carolina Lecoque Amorim	Ponto/matricula: 3197948
Lotação: Defensoria Pública	Sigla do órgão: DPES
Local: Sala de reunião virtual – DPES	Ramal: 3003

1. Dados gerais da reunião:

Tema: Sessão Extraordinária do Conselho Superior		
Data	Horário	Local
	Início:9:04	Sala de reunião em plataforma virtual - Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
02.04.2020	Término:11:10	

2. Participantes:

Conselheiros		Presente	Ausente	Justificativa
1.	GILMAR ALVES BATISTA	X		
2.	MARCELLO PAIVA DE MELLO	X		
3.	VINÍCIUS CHAVES ARAÚJO	X		
4.	SEVERINO RAMOS DA SILVA	X		
5.	LEONARDO GROBBERIO PINHEIRO	X		
6.	HELLEN NICÁCIO DE ARAÚJO	X		
7.	DOUGLAS ADMIRAL LOUZADA	X		
8.	ELIAS GEMINO DE CARVALHO	X		
9.	BRUNO DANORATO	X		
10.	MARIANA ANDRADE SOBRAL (ADEPES)	X		

Demais presentes, constantes na lista em anexo a esta ata.

3. Ordem do dia (Art. 30, do RICSDPES)

3.1- Medidas adotadas em razão da crise provocada pelo coronavírus.

O Presidente iniciou a reunião explanando as medidas que estão sendo adotadas pela Defensoria



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR**

Pública em vista da crise instalada no mundo devido ao coronavírus e cientificou os conselheiros que será necessária uma reestruturação dentro da Instituição. Tal fato leva a repensar como será a situação da defensoria no futuro se não houver o contingenciamento de gastos, já que a crise econômica em decorrência da situação por todos vivenciada poderá durar até dois anos. Em vista disso, uma das medidas adotadas foi a suspensão dos contratos dos estagiários. O Presidente afirmou que está em estudo um plano de reestabelecimento da Defensoria Pública, onde será necessário o engajamento da administração e da ADEPES. Em relação às questões orçamentárias, disse que está dialogando com o governo a fim de tratar sobre os repasses financeiros para a Instituição e ressaltou que o momento é de preservar os membros, servidores e colaboradores. Por fim, afirmou que as medidas adotadas e os cortes financeiros realizados foram necessários para a manutenção da Defensoria Pública. Quanto ao trabalho realizado de forma remota, pontuou que no momento o defensor público deve manter suas atividades a fim de dar seguimento aos trabalhos desempenhados pela instituição. Em seguida, foi oportunizada a fala aos conselheiros. O conselheiro Douglas questionou sobre a efetivação do pagamento do auxílio alimentação aprovado pelo Conselho Superior no ano passado. Questionou ainda sobre a atuação tabelar que prevê a comprovação de um ato, se caberá comprovação de atos através do trabalho remoto realizado e por meio do sistema solar e por fim, se há possibilidade de pagamento posterior pelos atos praticados. O Presidente afirmou que será realizado o pagamento do auxílio alimentação e quanto as gratificações pela atuação tabelar deverá ser observada o que estabelece a resolução que trata do assunto, e se comprovado pelo sistema solar, entende que é possível contar como ato praticado já que este é um sistema da Defensoria. Quanto ao pagamento retroativo, informou que deve ser formalizado e registrado através de procedimento, já que será uma contraprestação a ser recebida junto a Instituição, como já ocorreu em outras defensorias. O conselheiro Elias apresentou suas considerações sobre as medidas adotadas para diminuição de gastos e questionou se estas envolvem a demissão de colaboradores. O Presidente informou que a princípio, a fim de reduzir gastos, os colaboradores que tem direito, estão em gozo de férias, o que reduz um grande gasto com este contrato. Entretanto há outras medidas que poderão ser adotadas visando a redução do valor do contrato. A Presidente da ADEPES, Mariana, ressaltou que há uma preocupação de outros órgãos com a arrecadação do fundo e ressaltou que o momento é de tentar dar previsibilidade às situações que a instituição está vivenciando. Informou que teve uma grande procura devido a suspensão dos contratos dos estagiários. Concordou que esta crise durará até um ano, e devido a este fato, seja necessário realizar cortes, mantendo o diálogo abertamente com os defensores. O conselheiro Leonardo afirmou que este será um ano difícil e que será necessário se adaptar a esta realidade. Entende que será necessária a realização de cortes devido à falta de arrecadação. Ressaltou a questão dos estagiários, disse que particularmente, tem um estagiário que precisa da bolsa e sabendo do que a instituição irá passar, poderá colaborar com a manutenção dele, de forma pessoal, como já fez outras vezes, pois entende a necessidade mantê-lo. Pontuou que economicamente, será um ano de muito esforço para a defensoria, porém compreende e parabeniza a gestão pelas atitudes tomadas, pois realmente é preciso. O Presidente informou sobre a situação dos colaboradores terceirizados, que antes de haver cortes, deve ser observado os programas dos governos federal e estadual, no que se refere a manutenção do contrato de trabalho, a fim de encontrar meios de solucionar esta situação. A conselheira Hellen ressaltou que entende as medidas adotadas, e que



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR

será o momento de dialogar com a instituição. Por fim se colocou a disposição para colaborar com as medidas pertinentes ao assunto. O conselheiro Severino ressaltou que muitos estagiários dependem da bolsa que recebem para colaborar com seus familiares. Ressaltou também sobre a possibilidade de inserir o trabalho voluntário na instituição. Finalizou que se coloca a disposição para auxiliar a Defensoria durante esta crise instalada no país. O conselheiro Douglas afirmou que a decisão de suspensão do contrato dos estagiários teve uma repercussão negativa e que isso o incomodou, pontuou que ter uma melhor previsibilidade e transparência seja a melhor forma de apresentar as medidas para contenção de gastos. O Presidente ressaltou que as medidas adotadas são para manutenção da Instituição, uma vez que a economia do estado e do mundo está parada. O conselheiro Douglas afirmou que entende as dificuldades vivenciadas na defensoria pública. A Presidente da ADEPES sugeriu verificar se os estagiários estão inscritos no NIS para inseri-los junto aos programas do Governo Federal. Informou ainda que outros órgãos poderão adotar a mesma postura em relação ao corte de estagiários e que havendo um posicionamento da Defensoria em relação a isso, poderão contribuir com os demais. A Presidente ainda ressaltou que seu mandato está se encerrando, entretanto solicita apoio dos colegas para se comprometerem com a ADEPES. O conselheiro Severino afirmou que é contra abrir mão das gratificações, já que esta foi uma conquista para os defensores, entende que é mais simples o defensor e o estagiário entrarem em consenso para manutenção da bolsa de forma pessoal, desvinculado da instituição, caso entenda desta forma. Por fim, ressaltou que a Presidente da ADEPES, caso não tenha interesse em continuar à frente da associação, possa apoiar quem vier a ser o presidente. O conselheiro Douglas pontuou que não opinou pelo corte do pagamento das gratificações, mas talvez postergar o pagamento do auxílio alimentação, bem como estar consciente que o pagamento das gratificações poderá ser suspenso. O conselheiro Vinícius pontuou que em relação à corregedoria, afirmou que enviou recomendações aos membros da instituição sobre as postagens e exposições nas redes sociais, durante o período de trabalho remoto. Solicitou aos demais conselheiros que caso tenham proximidade com algumas pessoas, orientem a não realizar determinadas postagens e comentários. Ressaltou ainda que o trabalho remoto sem o acesso ao processo eletrônico dificulta o trabalho desempenhado, todavia é um déficit do judiciário do estado. Pontuou que a defensoria está realizando atendimento online e que no momento tem havido muita procura dos assistidos. Por fim, pontuou que a corregedoria está à disposição para auxiliar os colegas durante a crise que estamos vivendo. O conselheiro Elias entende que o aplicativo whatsapp será uma ferramenta a ser usada para o atendimento dos assistidos, entretanto é necessário o fornecimento de chip e talvez um aparelho telefônico para poder continuar os atendimentos realizados pela defensoria. O conselheiro Vinicius afirmou que a administração está pensando nas ferramentas necessárias para viabilizar o atendimento ao público e que deve ser pensado a melhor forma disso ser implantado. Ressaltou que a o fornecimento de chip e celulares por enquanto é inviável, todavia solicita sugestões de ferramentas para auxiliar os trabalhos da instituição. A conselheira Hellen entende que deverá ser analisado junto ao TJ um meio de analisar e fazer cargas de processos físicos ou meios alternativos para dar andamento nos procesos em que há atuação dos defensores. A conselheira Mariana certificou que entende que a defensoria terá uma grande demanda de atendimentos referente aos auxílios promovidos pelo governo. O corregedor entende que poderá ser elaborada uma cartilha a fim de orientar o público sobre como proceder. O conselheiro Bruno iniciou sua fala afirmando que




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR

corroborar com a necessidade de redução de gastos da instituição, também ressaltou que o trabalho remoto implantado não está sendo efetivado onde não há processo eletrônico implantado, pois impossibilita a realização de atos judiciais a não ser que sejam casos de urgência, pois em contato com o cartório da vara onde é titular teve a informação que somente há tramitação das demandas de urgência. Entendendo que desta forma, há uma negação ao acesso à justiça. Pontuou que o pagamento de gratificações pode ser um ponto de vulnerabilidade da instituição já que em algumas comarcas o trabalho remoto está sendo realizado de forma precária, já que o judiciário não possui meios de viabilizar o acesso aos processos. O conselheiro Marcello pontuou que é momento da defensoria estar unida e que a instituição adotou medidas, como higienização dos núcleos, que antecederam as iniciativas de outras instituições. Parabenizou a administração pelas precauções adotadas. Por fim, disse que é necessário conclamar a categoria para que esteja mais presente no momento, apresentando medidas e ajustes necessários para desempenho das atividades junto ao judiciário. O conselheiro Leonardo ressaltou que a forma de trabalho mudará intensamente nos próximos meses e indicou a leitura de Yuval Noah Harari, sobre o que estamos vivenciando. Pontuou que será adotado o método não presencial para todas as atividades do cotidiano. Entende que, devido ao atraso do judiciário no Espírito Santo, trará um prejuízo para todos. Ressaltou sobre as manifestações em redes sociais que geram exposições, poderá atingir a instituição como um todo. A conselheira Hellen pontuou sobre a dificuldade de acesso ao judiciário. Ponderou que os colegas que conseguirem atuar de forma administrativa, em caráter coletivo, atenderão várias pessoas que sequer sabem que podem recorrer à defensoria, se posicionando assim em prol da população. Por fim, o Presidente informou que este é momento da instituição estar mais proativa para lidarmos com esta situação e que reuniões por meio virtual serão cada vez mais frequentes para trabalharem em conjunto. O Presidente explanou sobre a necessidade de realizar reuniões administrativas junto com os membros do conselho, certificando que nos casos em que for necessária deliberação do Colegiado, convocará reuniões ordinárias ou extraordinárias. Tal sugestão foi acolhida pelos Conselheiros.

4. Expedientes Finais

Nada mais havendo, encerrou-se a presente que vai por mim, Ana Carolina Lecoque Amorim digitada e por todos assinada.


MARCELLO PAIVA DE MELLO
Conselheiro


GILMAR ALVES BATISTA
Presidente do Conselho


VINÍCIUS CHAVES DE ARAÚJO
Conselheiro


SEVERINO RAMOS DA SILVA
Conselheiro


LEONARDO GROBBÉRIO PINHEIRO



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO SUPERIOR

Conselheiro

HELLEN NICÁCIO DE ARAÚJO
Conselheira


BRUNO DANORATO CRUZ
Conselheiro

MARIANA ANDRADE SOBRAL
Representante da ADEPES
Presidente da ADEPES


DOUGLAS ADMIRAL LOUZADA
Conselheiro

ELIAS GEMINO DE CARVALHO
Conselheiro